

PUBLICIDADE LEGAL



PÁGINA CERTIFICADA

O JORNAL DE SANTA CATARINA
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
<https://www.nscotal.com.br/publicidadelegal>

EDIÇÃO DIGITAL | ANO 02 | Nº 774



PUBLIQUE AQUI
(47) 3221-9904
marketing.blumenau@nsc.com.br



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO • Identidade: A Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Fundação UNIVALI) é uma entidade de direito privado sem finalidade de lucros, constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seu objetivo social, mantém a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que vem apresentando o relatório anual da administração, suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 acompanhados do parecer dos auditores independentes e aprovados pelo Conselho de Administração Superior – CAS, conforme a Resolução nº 010/CAS/2022, de 29 de março de 2022 e pelo Conselho Curador em conformidade com o Parecer nº 001/CURADOR/2022 de 31 de março de 2022. Investimentos: A Fundação UNIVALI, atenta à necessidade de modernização e priorização da excelência em seus serviços, vem promovendo melhorias contínuas em seus processos e instalações. Em 2021, a Univali investiu em obras de melhorias na infraestrutura física e de segurança dos campi: em Itajaí, destaque para a obra do novo acesso de veículos (via rua Uruguai), o estacionamento em frente à Reitoria foi desativado, dando lugar a duas faixas de desaceleração: uma para embarque e desembarque de passageiros e outra para acesso o campus, de modo a garantir a segurança de pedestres, ciclistas e motoristas e evitar a retenção de veículos na via principal. Foram realizados outros investimentos para promoção de melhorias que estão diretamente relacionados à segurança dos usuários: no campus Itajaí: recuperação e revitalização da Quadra Verde; substituição das escadas marinho das torres d'água dos setores D e E, construção da rampa do Bloco D1 e reparos na estrutura metálica da rampa Bloco C4; campus Balneário Camboriú: recuperação da estrutura metálica da rampa entre os blocos 8 e 9; substituição da cerca do campus; adequação do Sistema Hidráulico Preventivo, substituição da cobertura do Bloco 3 e recuperação da estrutura metálica da escada e guarda corpo do Bloco 3; campus Biguaçu Centro: adequação do Sistema Hidráulico Preventivo. Destaque para a obra de infraestrutura financiadas com recursos captados junto ao BRDE: implantação de três espaços diferenciados de aprendizagem (dois no campus Itajaí e um no campus Balneário Camboriú), denominado Espaço do Conhecimento Compartilhado (ECC), todos equipados com recursos que compreendem: layout e mobiliário próprios para aplicação de metodologias ativas, recursos audiovisuais como datashow e tela de projeção e escrita, internet Wi-Fi e um diferencial, além das tomadas modelo padrão instaladas nas paredes da sala, o ambiente oferece também tomadas instaladas nas mesas centrais (conectadas a partir de cabos retráteis no teto). Além da construção de dois espaços destinados à convivência e interação entre aluno e professor, denominados Ambiente Interdisciplinar (AI), equipados com mobiliário e layout diferenciados (um no campus Itajaí e um no campus Balneário Camboriú). Também foram realizados investimentos nos ambientes de prática didática: implantação do Laboratório de Práticas Profissionais no campus Biguaçu Centro, que oferece assistência jurídica e psicológica à população. Implantação da Clínica de Psicologia e do Laboratório de Habilidades no campus Balneário Camboriú. Reforma do Laboratório de

Estudos Aplicados (LEMA) no campus Itajaí. Outros investimentos como a implantação do novo espaço para abrigar o Núcleo de Acessibilidade Univali (NAU) no campus Itajaí, a reforma do Teatro Adelaide Konder e da recepção do Laboratório de Análises Clínicas (LEAC). **Resultados financeiros:** Do ponto de vista econômico, no exercício de 2021, as receitas geradas pela Fundação UNIVALI foram suficientes para cobrir seus custos e despesas, o que resultou em um "superávit" de R\$ 25.178 (vinte e cinco mil e oitocentos e oitenta e oito mil), das obrigações de curto e longo prazo, que eram de R\$ 143.854 (cento e quarenta e três mil e oitocentos e cinquenta e quatro mil) no ano de 2020, passaram para R\$ 129.626 (cento e vinte e nove e seiscentos e vinte e sete mil) no ano de 2021. **Resultados institucionais 2021** • Ainda em meio à situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Universidade do Vale Itajaí (Univali) iniciou em 2021 o processo gradativo de retorno à presencialidade em todas as suas atividades. Ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e internacionalização se intensificaram no decorrer do ano, gerando percepções da sociedade e resultados para a Instituição. Veja alguns dos reconhecimentos recebidos: – A Univali conquistou o Índice 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), numa escala até 5, em avaliação do Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação. – A Univali recebeu, pelo oitavo ano consecutivo, o título de Instituição de Ensino Superior mais lembrada do Vale do Itajaí no Prêmio Top Of Mind. A 2ª edição da premiação, promovida pela NSC em parceria com o Instituto Mapa, reconhece as marcas mais lembradas pelos catarinenses em 34 categorias. – A Universidade do Vale do Itajaí está entre as instituições de ensino superior mais sustentáveis do mundo, segundo o UI GreenMetric World University Ranking 2021. A Univali aparece em 2º lugar em Santa Catarina, em 29º lugar no Brasil e na 593ª colocação entre todas as universidades participantes no mundo. – A Universidade do Vale do Itajaí foi mais uma vez classificada entre as 150 melhores universidades da América Latina, segundo o Times Higher Education (THE). A avaliação é considerada um dos principais rankings universitários do mundo. – A Univali classificou 47 de cursos de graduação entre os melhores do Brasil no Guia da Faculdade Estadão 2021. O ranking é realizado pelo jornal O Estado de São Paulo em parceria com a startup Quero Educação. Nesta edição a Univali classificou 36 cursos com 4 estrelas (Administração Balneário Camboriú e Itajaí, Arquitetura e Urbanismo Balneário Camboriú e Florianópolis, Design de Jogos Balneário Camboriú e Florianópolis, Design de Moda, Design Gráfico, Direito Balneário Camboriú, Biguaçu, Itajaí e São José, Estética, Gastronomia, Turismo e Hotelaria, Pedagogia, Biomedicina, Ciência da Computação Itajaí e São José, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia da Computação, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, História, Jornalismo, Letras, Medicina, Música Licenciatura, Nutrição, Psicologia e Publicidade e Propaganda) e 11 cursos com 3 estrelas (Engenharia Civil, Relações Internacionais Balneário Camboriú e Itajaí, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Matemática, Música Bacharelado, Odontologia e Relações

Públicas e Direito Tijuca). – A Univali recebeu certificado de reconhecimento do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contínuas (Comitê Camboriú), pelas atividades prestadas na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Camboriú nos anos de 2020 e 2021. – A Univali conquistou certificados de 15 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Setor Social de Itajaí, edição 2020/2021. Além do reconhecimento por ações vinculadas aos 17 ODS, a Univali está entre as dez organizações que receberam o prêmio "Projeto Destaque". O reconhecimento será por meio do Escritório Modelo de Advocacia (EMA). – A Universidade do Vale do Itajaí incluiu quatro pesquisadores no Índice Científico Alper-Doger (AD), que relaciona os 10 mil principais pesquisadores da América Latina. São eles: José Angel Alvarez Perez, da área de Engineering & Technology/Marine Engineering/Oceanografia/Biodiversidade marinha/Oceano Profundo; Valdir Cechinel Filho, reitor da Univali e pesquisador da área de Biological activity/ phytochemistry/medicinal chemistry; Ruth Meri Lucinda Silva, da área de Medical and Health Sciences/Pharmaceutical Sciences; e Rogério Corrêa, vice-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Univali, e pesquisador da área de Natural Sciences/Chemical Sciences Organic chemistry/medicinal chemistry/structure-activity relationship. – O projeto "Futuros Disruptivos - Programa de Geração de Criativos Sociais e Bio Inovadores", que é realizado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (Uninova) da Univali, foi classificado em primeiro lugar, na categoria Produtos e Serviços, e em segundo, na categoria Inovação Social, da 3ª edição do Prêmio Regional de Inovação. – Valdir Cechinel Filho, reitor da Univali, está entre os pesquisadores mais influentes do mundo, segundo estudo da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. A pesquisa utiliza as citações da base de dados Scopus e foi publicada no Journal Plos Biology. O levantamento apresenta dois rankings. Um deles analisa o impacto do pesquisador ao longo de sua carreira. O outro considera os impactos recentes de suas pesquisas. Cechinel é destaque nos dois. – Valdir Cechinel Filho, reitor da Univali, foi o vencedor da categoria Pesquisador Inovador - subcategoria Setor Empresarial da etapa estadual do Prêmio Confap de Ciência, Tecnologia & Inovação - Professor Francisco Romeu Landi, promovido pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Outros três representantes da Univali ficaram entre os finalistas da etapa estadual. Marcus Polette disputou na categoria Pesquisador Destaque - subcategoria Ciências Humanas; Alejandro Rafael Garcia Ramirez competiu na categoria Pesquisador Destaque - subcategoria Ciências Exatas; e o jornalista Wagner José Mezzoni concorreu na categoria Profissional de Comunicação. – O Núcleo de Inovação Tecnológica da Univali foi o vencedor do 2º Prêmio Acabate de Inovação – Categoria Produtos e Serviços. O reconhecimento refere-se às ações realizadas pelo UNINNOVA nos últimos dois anos (2019 e 2020) voltadas para as ações de inovação e propriedade intelectual.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.901	63.432	Fornecedores	14	8.002	6.046
Mensalidades líquidas a receber	5	15.863	19.338	Empréstimos e financiamentos	15	27.032	25.576
Adiantamentos a empregados/terceiros	6	1.154	481	Adiantamento de clientes		2.328	2.190
Estoques		490	514	Impostos e contribuições a recolher	16	1.329	1.100
Despesas antecipadas	7	896	822	Obrigações sociais e trabalhistas	17	25.536	24.780
Créditos de financiamento estudantil	8	7.976	5.218	Previdência complementar	18	2.302	2.212
Tributos a recuperar	9	-	2	Outras obrigações	19	5.455	5.042
Outros recebíveis	10	7.989	6.118	Provisões		1.500	-
Total do ativo circulante		109.269	95.925	Total do passivo circulante		73.484	66.946
Não circulante				Não circulante			
Mensalidades líquidas a receber	5	527	419	Fornecedores	14	1.818	1.920
Depósitos judiciais	20	1.605	308	Empréstimos e financiamentos	15	34.753	55.713
Despesas antecipadas	7	6	-	Outras obrigações	19	4.391	5.179
Créditos de financiamento estudantil	8	17.493	14.502	Provisões para contingências	20	11.992	9.586
Tributos a recuperar	9	7.355	7.353	Resultados diferidos	21	3.188	4.510
Outros recebíveis	10	-	78	Total do passivo não circulante		56.142	76.908
Investimentos	11	59.269	34.568	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	305.300	337.264	Patrimônio social	22	116.710	116.710
Intangível	13	775	232	Ajuste de avaliação patrimonial	23	248.570	254.449
Total do ativo não circulante		392.330	394.724	Superávits ou Déficits acumulados		6.693	(24.364)
Total do ativo		501.599	490.649	Total do patrimônio líquido		371.973	346.795
				Total do passivo e patrimônio líquido		501.599	490.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita operacional bruta		405.474	405.965
Mensalidades e Emolumentos		318.175	330.654
Receita de serviços		59.824	47.220
Outras Receitas		3.717	3.046
Subvenções, doações e patrocínios	24	23.758	25.045
Deduções da receita operacional bruta		(105.352)	(115.172)
(-) Gratuidades educação	25	(38.134)	(55.619)
(-) Outras bolsas concedidas		(52.278)	(43.383)
(-) Mensalidades canceladas		(13.546)	(14.632)
(-) Devoluções mensais		(1.260)	(1.419)
(-) Outras deduções		(134)	(119)
Receita operacional líquida		300.122	290.793
Custo dos serviços prestados		(206.872)	(202.994)
Resultado bruto		93.250	87.799
Despesas operacionais		(65.820)	(67.989)
Resultado oper. antes dos efeitos financeiros		27.430	19.810
Resultado financeiro líquido	26	(1.598)	(1.889)
Resultado operacional		25.832	17.921
Outros resultados líquidos		(654)	1.164
Superávit/(déficit) do período		25.178	19.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	25.178	19.085
Superávit/Déficit do período	25.178	19.085
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	8.666	8.799
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(973)	1.535
Provisão para contingências	2.406	2.296
Baixa de ativos imobilizados	30.110	311
	65.387	32.026
Redução (aumento) nos ativos:		
Mensalidades a receber	4.340	621
Adiantamentos a empregados/terceiros	(673)	347
Estoques	24	(70)
Despesas antecipadas	(80)	(202)
Créditos de financiamento estudantil	(5.749)	(1.985)
Tributos a recuperar	-	(2)
Outros recebíveis	(1.793)	1.875
Depósitos judiciais	(1.297)	(29)
	(5.228)	555
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.854	(1.836)
Adiantamento de clientes	138	(1.082)
Impostos e contribuições a recolher	229	(151)
Obrigações sociais e trabalhistas	756	(4.307)
Previdência complementar	90	(856)
Provisão de custos com reestruturação	1.500	-
Resultados diferidos	(1.322)	188
Outras obrigações	(375)	982
	2.870	(7.062)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	63.029	25.519
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) nas atividades de investimentos		
Adições ao ativo investimento	(24.701)	(2.927)
Adições ao ativo imobilizado	(6.545)	(4.828)
Adições ao ativo intangível	(810)	(4)
	(32.056)	(7.759)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		
Aquisição de novos empréstimos	16.190	34.398
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(35.694)	(22.602)
	(19.504)	11.796
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento		
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	11.469	29.556
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	63.432	33.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	74.901	63.432
Varição de caixa e equivalentes de caixa	11.469	29.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais • A Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, é caracterizada como pessoa jurídica de direito privado *sem finalidade de lucros* e filantrópica, segundo a expressa disposição da Lei de sua criação (Lei Municipal nº 2.515/89), constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seus objetivos institucionais e estatutários mantém a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Possuindo natureza jurídica de entidade de educação *sem finalidade de lucros* e, também, de entidade beneficente de assistência social portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, a Fundação UNIVALI é detentora das seguintes prerrogativas tributárias sobre impostos e contribuições sociais que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988: • Imunidade sobre seu patrimônio, suas rendas e seus serviços, por força das disposições constantes do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional, que lhe confere imunidade tributária quanto aos recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, dentre outros impostos, bem como sobre tributos indiretos (ICMS, IPI, etc.) nas aquisições de bens, equipamentos, mercadorias e insumos destinados às finalidades essenciais da entidade, nas situações fáticas em que a Fundação UNIVALI figure como "contribuinte de direito" e não mera "contribuinte de fato" do tributo. • Imunidade sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social, por força do artigo 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 e do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009, que lhe conferem o direito ao não recolhimento das contribuições sociais patronais veiculadas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991, dentre as quais podem ser citadas a Cota Patronal Previdenciária, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a CSLL, o SAT, o PIS, dentre outras. Além disso, como entidade beneficente de assistência social portadora do CEBAS, o § 5º do artigo 3º da Lei nº 11.457/2007 conferiu expressamente à Fundação UNIVALI o direito à isenção quanto ao recolhimento das contribuições sociais devida a terceiros. Como parte integrante do seu objeto social, e no objetivo de gozar dos benefícios tributários outorgados pela Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional às entidades de educação e assistência social *sem finalidade de lucros*, a Fundação UNIVALI, como entidade beneficente com atuação preponderante na área da educação, concede bolsas de estudos na forma da legislação vigente (Leis Federais nº 11.096/2005, nº 12.101/2009, nº 12.868/2013, artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e Lei Estadual nº 14.876/2009), atuando, também de forma complementar e voluntária, na prestação de serviços gratuitos à população nas áreas da assistência social e saúde.

2. Base de preparação • **2.1. Aprovação das demonstrações financeiras** • As demonstrações financeiras da Fundação UNIVALI – Mantenedora da Universidade do Vale do Itajaí para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Fundação em 04 de março de 2022 considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **2.2. Normas contábeis** • As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07, 11.941/09, 11.096/05, 12.101/09, pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 26 (e alterações) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e pela Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (e alterações) – Entidade Sem Finalidade de Lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.3. Base de mensuração** • As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Moeda funcional e modo de apresentação** • As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	116.710			327.710
Transferências de Patrimônio Social:				
Ajuste de avaliação patrimonial		(893)	893	
Superávits do exercício			19.085	19.085
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.710	254.449	(24.364)	346.795
Transferências de Patrimônio Social:				
Ajuste de avaliação patrimonial		(5.879)	5.879	
Superávits do exercício			25.178	25.178
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.710	248.570	6.693	371.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos** • A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados (previdência complementar). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3. Resumo das principais políticas contábeis • As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** • **a) Caixa e equivalentes de caixa** • Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Aplicações financeiras** • Os recursos financeiros referem-se a valores aplicados com liquidez imediata, podendo ser resgatados de acordo com a necessidade da Administração. **3.2. Mensalidades líquidas a receber** • Representam, as mensalidades de ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes referente a renegociação mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face, a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos. É calculada considerando os índices históricos de recuperação em suas diversas modalidades. Estes índices são periodicamente revisados buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Adiantamentos a empregados/terceiros** • São referentes a adiantamentos efetuados a colaboradores com a finalidade de representação da Fundação UNIVALI em viagens e eventos externos, e adiantamento na contratação de serviços de fornecedores. **3.4. Estoques** • Os estoques referem-se a medicamentos e materiais de almoxarifado em geral utilizados na prestação de serviços e consumo da universidade. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos quando identificados. **3.5. Despesas antecipadas** • Composto por apropriações de prêmios de seguros, licença de softwares, assinaturas de periódicos e outros pagamentos antecipadamente. **3.6. Créditos de financiamento estudantil** • São representados por valores a receber dos repasses Uniedu que é um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), que agrega diferentes programas de concessão de bolsas de estudos fundamentados pelos Artigos 170 e 171 e Proesda da Constituição Estadual, para atendimento a estudantes da educação superior e os financiamentos de estudos como o Proafe, Fies e Fundacred para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios. **3.7. Imobilizado** • **a) Reconhecimento e mensuração** • Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando necessárias. O custo inclui gastos diretos atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui as aquisições de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros gastos que coloque o ativo em local e condição de uso, bem como os custos de desmontagem e de restauração do local em que estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele dele. Ganhos e perdas na alienação de imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos como outras receitas no resultado. **b) Custos subsequentes** • O custo de reposição de um componente do imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **c) Depreciação** • Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo encontra-se disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, desconsiderando seus valores residuais

estimados, pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	13 a 63
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Embarcações	20
Material bibliográfico	10
Equipamentos de informação	5



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



Os recursos classificados como – com fins específicos, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

5. Mensalidades líquidas a receber • Estão representadas como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Mensalidades	12.885	-	14.741	-
Mensalidades renegociadas	10.206	527	12.798	419
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(7.228)	-	(8.201)	-
Total	15.863	527	19.338	419

As mensalidades são emitidas mensalmente, nos dias 10, 20 e último dia do mês, de acordo com a opção selecionada pelo estudante no contrato de prestação de serviço educacional. A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa é realizada a partir de dados históricos, ajustado de acordo com a tendência da inadimplência. A movimentação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa está composta da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Saldo no início do período	8.201	6.666
Adições	5.711	9.227
Baixas	(6.684)	(7.692)
Saldo no final do período	7.228	8.201

6. Adiantamentos a empregados/terceiros • Estão representados como segue:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	-	4
Adiantamentos a fornecedores	1.140	475
Adiantamentos de despesas diversas	14	2
Total	1.154	481

7. Despesas antecipadas • Estão representadas como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Seguros	44	6	14	-
Assinaturas	87	-	86	-
Licença para Uso de Software	613	-	437	-
Manutenção de Equipamentos	-	-	3	-
Comunicação e Marketing	152	-	282	-
Total	896	6	822	-

8. Créditos de financiamento estudantil • Estão representados como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FIES	536	-	632	-
PROAFE	59	63	84	91
Repasse Bolsas UNIEDU	4.462	-	3.022	-
FUNDACRED	2.919	17.430	1.480	14.411
Total	7.976	17.493	5.218	14.502

9. Tributos a recuperar • Estão representados como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS a recuperar	-	2	2	-
CPMF a recuperar	-	206	-	206
IOF a recuperar	-	86	-	86
IRRF a recuperar (a)	-	7.061	-	7.061
Total	-	7.355	-	7.353

(a) Os valores registrados como IRRF a recuperar- PROIES, referem-se a remissão dos débitos de IRRF perante a Receita Federal e PGFN, de forma que ocorre a manifestação favorável, tanto da Receita Federal como da PGFN, não ocorreu a efetiva extinção (baixa) dos débitos das Certidões de Dívida Ativa - CDA's 91.2.09.002009-01 e 91.2.12.002745-44, o que ensejou a necessidade da Fundação UNIVALI ingressar com ação ordinária perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Itajaí, no objetivo de obrigar a União-Fazenda Nacional a operacionalizar e efetivar a remissão dos débitos de IRRF em seus sistemas nos termos da Lei nº 12.989/2014, com a baixa dos respectivos débitos. Em 13/06/2016, houve a concessão de liminar acolhendo parcialmente do pedido e, em 23/09/2016, a prolação de sentença de integral procedência em razão do reconhecimento, pela União, dos pedidos formulados pela Fundação UNIVALI na citada ação (art. 487, III, "a" do CPC), havendo o trânsito em julgado sentença para a União na mesma data. Os valores dessa conta foram reclassificados para o ativo não circulante, por mudança de estimativa quanto ao seu efetivo recebimento, que possui demanda administrativa perante a Receita Federal do Brasil que aguarda homologação.

10. Outros recebíveis • Estão representados como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prestação de Serviços a Faturar	4.865	-	2.744	-
Outros recebíveis	3.124	-	3.374	78
Total	7.989	-	6.118	78

11. Investimento • Estão representados como segue:

Descrição	2021		2020	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Acervo Museu (a)	35.224	-	33.249	-
Terrenos	23.239	-	513	-
Edificações e Instalações	-	-	806	806
Total	58.463	-	34.568	-

(a) A instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por impairment. Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os investimentos, não sendo identificadas perdas por impairment. No exercício de 2021 foram registrados contabilmente itens no Acervo do Museu no montante de R\$ 1.975, oriundos dos projetos vinculados a Escola do Mar, Ciência e Tecnologia da Fundação.

12. Imobilizado • Está representado como segue:

Descrição	2021		2020	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	224.813	-	224.813	253.285
Edificações	110.569	(56.726)	53.843	56.125
Instalações	10.062	(6.743)	3.319	3.577
Máquinas e equipamentos	36.888	(28.649)	8.239	7.496
Móveis e utensílios	10.375	(8.580)	1.795	1.879
Veículos	1.188	(1.085)	103	85
Embarcações	149	(107)	42	27
Material bibliográfico	12.607	(11.773)	834	1.111
Equipamentos de informação	13.687	(10.521)	3.166	1.625
Benefitorias e obras complementares	9.798	(8.064)	1.734	1.804
Ativo de Arrendamento (a)	4.353	(3.815)	538	1.989
Importações em andamento	9	-	9	167
Construções em andamento	4.624	-	4.624	5.825
Máquinas e equipamentos - HUPA	3.123	(1.923)	1.200	1.228
Móveis e utensílios - HUPA	494	(255)	239	239
Equipamentos de informação - HUPA	125	(111)	14	14
Benefitorias e obras complementares - HUPA	1.165	(377)	788	788
Total do Imobilizado	444.029	(138.729)	305.300	337.264

Movimentação do imobilizado de 2020 a 2021

Descrição	2020				2021			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.
Terrenos	253.285	-	(5.232)	(23.240)	224.813	-	-	-
Edificações	110.569	-	-	-	110.569	-	-	-
Instalações	9.687	1	-	374	10.062	-	-	-
Máquinas e equipamentos	35.483	2.059	(977)	323	36.888	-	-	-
Móveis e utensílios	10.293	165	(256)	173	10.375	-	-	-
Veículos	1.157	55	(101)	77	1.188	-	-	-
Embarcações	136	31	(18)	-	149	-	-	-
Material bibliográfico	12.599	8	-	-	12.607	-	-	-
Equipamentos de informação	11.936	333	(658)	2.076	13.687	-	-	-
Benefitorias e obras complementares	8.675	-	-	1.123	9.798	-	-	-
Veículos - Leasing	77	-	-	(77)	-	-	-	-
Ativo de Arrendamento (a)	4.640	58	(345)	-	4.353	-	-	-
Importações em andamento	167	69	-	(227)	9	-	-	-
Construções em andamento	5.825	3.766	(456)	(4.511)	4.624	-	-	-
Máquinas e equipamentos - HUPA	3.343	-	(220)	-	3.123	-	-	-
Móveis e utensílios - HUPA	496	-	(2)	-	494	-	-	-
Equipamentos de informação - HUPA	125	-	-	-	125	-	-	-
Benefitorias e obras complementares - HUPA	1.165	-	-	-	1.165	-	-	-
Total	469.658	6.545	(8.265)	(23.909)	444.029	-	-	-

Descrição	Taxa %	2020				2021			
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.
Edificações	1,59 a 7,63	(54.444)	(2.282)	-	-	(56.726)	-	-	-
Instalações	10	(6.110)	(633)	-	-	(6.743)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	(27.987)	(1.535)	873	-	(28.649)	-	-	-
Móveis e utensílios	10	(8.414)	(409)	243	-	(8.580)	-	-	-
Veículos	5	(1.072)	(28)	92	(77)	(1.085)	-	-	-
Embarcações	20	(109)	(7)	8	-	(108)	-	-	-
Material bibliográfico	10	(11.488)	(285)	-	-	(11.773)	-	-	-
Equipamentos de informação	5	(10.311)	(864)	654	-	(10.521)	-	-	-
Benefitorias e obras complementares	20	(6.871)	(1.193)	-	-	(8.064)	-	-	-
Veículos - Leasing	5	(77)	-	-	77	-	-	-	-
Ativo de Arrendamento (a)	28,6	(2.651)	(1.163)	-	-	(3.814)	-	-	-
Máquinas e equipamentos - HUPA	10	(2.115)	-	192	-	(1.923)	-	-	-
Móveis e utensílios - HUPA	10	(257)	-	2	-	(255)	-	-	-
Equipamentos de informação - HUPA	20	(111)	-	-	-	(111)	-	-	-
Benefitorias e obras complementares - HUPA	5	(377)	-	-	-	(377)	-	-	-
Total		(132.394)	(8.399)	2.064	-	(138.729)	-	-	-
Total líquido bens tangíveis		337.264	(1.854)	(6.201)	(23.909)	305.300	-	-	-

a) No Exercício Social de 2019, a instituição adotou a contabilização dos arrendamentos mercantis de acordo com a NBC TG 06 (R3) Arrendamento Mercantil o que resultou no reconhecimento do Ativo de Arrendamento. b) A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos. Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por impairment.

13. Intangível • Estão representados como segue:

Descrição	2021			2020		
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido
Software	6.088	(5.347)	741	191	-	191
Marcas e patentes	89	(65)	24	31	-	31
Software - HUPA	33	(28)	5	5	-	5
Marcas e patentes - HUPA	7	(2)	5	5	-	5
Total do intangível	6.217	(5.442)	775	232	-	232

Movimentação do intangível de 2020 a 2021

Descrição	2020				2021			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Software	5.278	140	-	670	6.088	-	-	-
Marcas e patentes	89	-	-	-	89	-	-	-
Software - HUPA	33	-	-	-	33	-	-	-
Marcas e patentes - HUPA	7	-	-	-	7	-	-	-
Total	5.407	140	-	670	6.217	-	-	-

14. Fornecedores • Estão representados como segue:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores - a pagar	7.902	1.818	6.046	1.920
Provisão para Fornecedores	100	-	-	-
Total	8.002	1.818	6.046	1.920

Composição das contas a pagar por vencimento:

Aging List Fornecedores

	2021	2020
Vencidos	-	-
A vencer até 30 dias	5.490	3.997
A vencer até 31 a 60 dias	1.800	1.481
A vencer até 61 a 90 dias	169	104
A vencer até 91 a 180 dias	430	260
A vencer até 181 a 360 dias	113	204
A vencer acima a mais de 360 dias	1.818	1.920
Total Fornecedores	9.820	7.966

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com a utilização do método de taxa efetiva de juros. Normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

15. Empréstimos e financiamentos • Estão representados como segue:

Modalidade	Encargos financeiros		2021		2020	
	Em moeda nacional	Em moeda estrangeira	2021	2020	2021	2020
Santander Giro parcelado	CDI+0,21% a.m.	-	7.658	7.684	-	-
Santander Giro parcelado	CDI+0,53% a.m.	-	-	2.042	-	-
Santander Giro parcelado	CDI+0,53% a.m.	-	1.735	1.728	-	-
Bradesco Giro parcelado	1,01% a.m.	-	-	1.869	-	-
Bradesco Giro parcelado	CDI 141%	-	2.433	2.409	-	-
Bradesco Giro parcelado	0,97% a.m.	-	2.673	256	-	-
Itaú Giro parcelado	CDI+0,31% a.m.	-	5.732	5.723	-	-
Itaú Giro parcelado	CDI+0,34% a.m.	-	2.375	2.199	-	-
Itaú Giro parcelado	CDI+0,32% a.m.	-	2.249	-	-	-
Banco do Brasil Giro parcelado	CDI+0,42% a.m.	-	2.000	1.667	-	-
BRDE	SELIC + 4,0% a.a.	-	176	-	-	-
Total pass						



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



e situações decorrentes da extinta parceria firmada com a UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) e com outras instituições para oferta de cursos na modalidade EAD (Educação a Distância). Existem ainda ações cíveis classificadas como sendo de risco de perda possível, onde se discute cobrança de IPTU dos imóveis da Fundação, indenização por inscrição em órgão de proteção ao crédito ou protesto de títulos e inadimplência decorrente do não aditamento do FIES pelo acadêmico, dano moral, erro médico e obrigações decorrentes da relação de consumo, as quais totalizam R\$ 7.208 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. c) **Processos tributários** - Em 31 de dezembro de 2021, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada por advogado como risco possível para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização, como segue: **(i) Secretária da Receita Federal - Autos de Infração** - Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativo a Autos de Infração cujo conteúdo central é a suposta violação à legislação ordinária relativa à imunidade tributária de contribuições sociais patronais à seguridade social. 1) Processo administrativo fiscal nº 11516.724.269/2013-14, relativo ao Relatório Fiscal do Procedimento AFR 09508112, envolvendo os Autos de Infração DEBACD 37.412.445-0, 37.412.446-9 e 37.412.447-7, lavrados em 27 de dezembro de 2013 pela auditoria fiscal da Secretaria da Receita Federal, no valor, à época da autuação, de R\$ 54.061.316,40, por suposto descumprimento, pela Fundação UNIVALI, ao inciso V do então artigo 55 da Lei nº 8.212/1991, pelo fato de a Fundação UNIVALI patrocinar planos de previdência complementar para seus empregados. O processo administrativo em tela, desde 10 de dezembro de 2014, se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - CARF, onde aguarda o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Fundação UNIVALI; 2) Processo administrativo fiscal nº 11516.722.813/2014-74, relativo ao Relatório Fiscal Complementar do Procedimento AFR 09508112, envolvendo os Autos de Infração DEBACD 51.056.812-2 e 51.056.817-3, lavrados em 05 de novembro de 2014 pela auditoria fiscal da Secretaria da Receita Federal, no valor, à época da autuação, de R\$ 259.034.469,43, por suposto descumprimento, pela Fundação UNIVALI, ao inciso V do então artigo 55 da Lei nº 8.212/1991 relativamente ao exercício de 2009, bem como por suposta infração aos incisos II e VI do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 em relação aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012, e por infração, em todo o período - de 2009 a 2012 - ao artigo 9º combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, também pelo fato de a Fundação UNIVALI patrocinar planos de previdência complementar para seus empregados. O processo administrativo em tela, desde 11 de maio de 2015, se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - CARF, onde aguarda o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Fundação UNIVALI. **(ii) Processos vinculados às Contribuições Sociais e Seguridade Social, conforme detalhamento a seguir** - a) Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública nº 0036643-64.2006.4.01.3400 (2006.34.00.037659-0). O Ministério Público Federal no Distrito Federal promoveu a Ação Cautelar Preparatória da Ação Civil Pública com o interesse de obter autorização judicial para efetuar os lançamentos dos créditos da seguridade social relativos aos anos de 1996 a 2001 contra a Fundação UNIVALI com vistas a eliminar possível prescrição destes créditos no curso da ação principal que pretendia ingressar, denominada Ação Civil Pública. A liminar foi deferida e a Fundação UNIVALI recorreu e o processo foi sentenciado, mantendo-se os lançamentos tributários exclusivamente para se evitar que ocorra a decadência. Foi julgada a liminar. Aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com base na ordem liminar foi lançado o crédito constituído com base na NFLD n. 37.060.847-0, o qual também foi julgado pelo Conselho de Contribuintes e considerado parcialmente decaído. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Ângela Catão (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1). Os recursos de apelação da União-Federal (AGU) e da Fazenda Nacional foram providos pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região para o fim de julgar extinta a ação por ilegitimidade passiva do Ministério Público Federal, motivo pelo qual restou julgada prejudicada a apelação da Fundação UNIVALI, com resultado, portanto, favorável à Instituição. O respectivo acórdão transitou em julgado a favor da Fundação UNIVALI em 05.02.2020. b) Ação Civil Pública nº 004014-03.2007.4.01.3400 (2007.34.00.004059-3). Considerada a ação principal ao processo indicado na alínea "a", a mesma tinha a intenção de conseguir, em sede de liminar, a declaração da ilegalidade em relação à imunidade tributária concedida à Fundação UNIVALI, de forma a impedir que a Administração Pública voltasse a lhe conceder o CEBAS, possibilitando o respectivo lançamento dos créditos relativos às contribuições sociais dos anos de 1997 a 2000. O juiz da 22ª Vara Federal do Distrito Federal deferiu a liminar para que fossem suspensos os efeitos do CEBAS e fossem lançados os créditos da Seguridade Social. Após recurso de Agravo de Instrumento da Fundação UNIVALI ao TRF da 1ª Região, a liminar foi cassada, anulando-se todos os lançamentos autorizados pela liminar. Em abril de 2011, o juízo da 22ª Vara Federal do Distrito Federal sentenciou o feito e concedeu nova medida cautelar para o relacionamento dos créditos tributários, reservando o direito da Fundação a obter Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN). Contra a sentença, foi interposto recurso de apelação pela Fundação UNIVALI, que foi provido à unanimidade pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada de 28 de maio de 2019, para julgar extinto o processo em razão da ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público e, por consequência, declarar extintos os débitos constituídos por força das ações do MPF ajuizadas nos anos de 2006 e 2007. Houve apresentação, pelo Ministério Público Federal, de Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e de Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, os quais ainda aguardam julgamento. Não tendo, ainda, ocorrido decisão definitiva/trânsito em julgado desta Ação Civil Pública a favor de qualquer das partes litigantes, pendem, com exigibilidade suspensa no âmbito da PGFN/RFB por força da própria decisão judicial de 1º grau - e, mais ainda, com o provimento **recurso de apelação da Fundação UNIVALI** -, os Autos de Infração 37.060.345-1, 37.060.847-0, 37.060.850-0 e os débitos constituídos nos autos dos processos administrativos fiscais 10909.000.637/2017-19, 10909.001.439/2009-26 e 10.909.004.225/2008-21 que, conforme última atualização realizada em agosto do ano de 2020 por ocasião do Ofício nº 001/2020 enviado à 13ª Promotoria de Justiça de Itajaí nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004602-3, totalizavam aproximadamente R\$ 700 milhões. Houve apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que aguardam julgamento. c) Ação Declaratória Incidential nº 0028382-08.2009.4.01.3400 (2009.34.00.028910-5). Esta ação judicial foi proposta como nova tentativa do Ministério Público Federal em considerar não prescritos/decaídos os créditos da Seguridade Social relativos aos períodos de 01/01/95 a 01/01/97; 01/01/98 a 31/12/00; e 01/01/01 a 31/12/03 - correspondentes dos períodos dos CEBAS anteriormente concedidos -, ou tratou-se de medida judicial para tentar constituir os créditos lançados com base na liminar que havia sido deferida na Ação Civil Pública nº 2007.34.00.004059-3, posteriormente cassada pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em razão do provimento do recurso de apelação da Fundação UNIVALI. O juízo de 1º grau havia proferido sentença a favor do Ministério Público, de cuja decisão foi apresentado recurso de apelação pela Fundação UNIVALI e pela União Federal, recursos estes que restaram julgados prejudicados pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada do dia 28 de maio de 2019, eis que foi declarada, na ação principal (2007.34.00.004059-3), a ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público Federal para ajuizar Ação Civil Pública que verse sobre tributos. Houve apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que aguardam julgamento. d) Ação Declaratória nº 0057079-68.2011.4.01.3400. Foi ajuizada, pela Fundação UNIVALI, Ação Declaratória após o sentenciamento da Ação Civil Pública nº 2007.34.00.004059-3, com a finalidade de o juízo declarar que os créditos tributários anulados em função da cassação da ordem liminar do juízo de primeira instância não poderiam ser repretinados por sentença. O texto da sentença foi aberto sobre o tema, determinando-se o lançamento sem indicar, contudo, se tais créditos seriam objeto de novo lançamento ou aqueles já anulados seriam convalidados. Na primeira hipótese, tudo indica, teria ocorrido a decadência da maior parte dos créditos objeto da ação. Em função desse novo processo, o juízo alegou litispendência e coisa julgada (embora a ação ainda estivesse em trâmite), extinguindo a ação. Há continência entre as demandas. Contra a sentença, foi interposta apelação pela Fundação UNIVALI, parcialmente provida pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada de julgamento do dia 28 de maio de 2019, para anular a sentença e julgar parcialmente procedente os pedidos da Fundação UNIVALI, anulando os autos de infração/NFLD's. Houve apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Fazenda Nacional, os quais aguardam julgamento, não havendo, ainda, trânsito em julgado. e) Ação Popular nº 5000431-55.2010.4.04.7208. Após a Fundação UNIVALI conseguir, através da Resolução CNAS nº 03/2009, o deferimento da renovação do seu último CEBAS pelo CNAS (Processo 71010.000904/2006-68), foi proposta contra a Fundação UNIVALI perante a 2ª Vara da Justiça Federal de Itajaí a Ação Popular objetivando anular este CEBAS. Em 04.10.2010 a Juíza Federal deferiu liminar contrária a Fundação UNIVALI e houve recurso da liminar concedida sendo a mesma cassada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esta Ação Popular nº 5000431-55.2010.4.04.7208 teve sentença de improcedência proferida em 27.10.2014. Em 09.12.2014, o Autor Popular ingressou com recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao qual foi negado provimento, mantendo-se a sentença que indeferiu a ação. Houve, então, apresentação pelo Autor de Recurso Especial ao STJ e subsequente Recurso Extraordinário ao STF, este, não conhecido, "por manifestamente inadmissível (CPC, art. 932, III)". * Transito em julgado no Supremo Tribunal Federal a favor da Fundação UNIVALI em 01/05/2019. Processo baixado e arquivado.

21. **Resultados Diferidos** - Estão representadas como segue:

Descrição	2021	2020
Cessão de uso do estacionamento	a) 75	225
Cessão de espaço de divulgação	b) 25	40
Cessão da Folha de Pagamento	c) 2.361	3.195
Prestação de Serviço - PMI/ Fonplata	d) 250	500
Prestação de Serviço - PMAP	e) 427	550
Prestação de Serviço - Porto Itajaí	f) 50	-
Total	3.188	4.510

a) Refere-se a valores recebidos antecipadamente para a renovação do contrato de ces-

são de uso do espaço do pátio para a exploração do estacionamento. Os valores serão apropriados como receita até o exercício de 2022, sendo que no ano de 2018 a amortização foi equivalente a 75,0% do total, em 2019 foi amortizado 10,0% do total, em 2020 será amortizado 7,5%, em 2021 será amortizado 5,0% do total e 2,5% em 2022, conforme o estabelecido em contrato. b) Refere-se a cessão de espaço publicitário por meio de permuta. As receitas serão apropriadas até julho de 2023. c) Refere-se a cessão para gerenciamento dos valores a pagar oriundo da Folha de Pagamento, com prazo de 72 meses. d) Refere-se a valores recebidos antecipadamente do Projeto de Gestão de Obras - PMI/ Fonplata. Os valores serão apropriados como receita conforme o período da prestação de serviço. e) As receitas serão apropriadas durante a execução do Serviço de Gerenciamento referente ao Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina - PMAP-SC. f) Refere-se a valores para a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais - ECJS para investimento e serão apropriadas como receita conforme o período da prestação de serviço.

22. **Patrimônio Social** - O patrimônio social no montante de R\$ 116.710 em 2021 é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados no exercício, os ajustes de avaliação patrimonial enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e valor de mercado desde a fundação da entidade.

23. **Ajuste de avaliação patrimonial** - A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu contabilmente em 01 de julho de 2003 a reavaliação dos bens do ativo imobilizado e em 03 de outubro de 2007 a reavaliação dos terrenos. Sendo tratado conforme o CPC 27 o saldo da reserva de subvenção para investimento e incorporado no patrimônio realizado. A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu em 2010 o ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos no montante adicional de R\$ 149.047, mantendo os valores das edificações pelos registros históricos por julgar que os valores contábeis são adequados.

24. **Subvenções, doações e patrocínios** - As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. A Fundação realizou a reclassificação contábil do IRRF para resultado de acordo com a adequação da norma NBC TG 07 e aprovação do CAS Processo 003/CAS/2019 e Parecer 005/CAS/2019.

25. **Gratuidades através de bolsas de estudo** - A entidade, além de ofertar bolsas de estudo com recursos próprios para os estudantes seguindo critérios socioeconômicos comumente adotados, aderiu formalmente ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) em dezembro de 2005 nos termos da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, estando, assim, oficialmente qualificada como entidade beneficiária e de assistência social na forma do art. 11 da referida lei, passando a conceder bolsas de estudos integrais e parciais no âmbito da educação superior dentro dos princípios de ampla concorrência e de políticas afirmativas do MEC, concedendo, ainda, bolsas de estudos para o CAU - Colégio de Aplicação Univali, que atua no âmbito da educação básica (ensino de crianças, adolescentes e jovens). Para os exercícios de 2021 e 2020, apresentam-se as seguintes aplicações em gratuidades, nos termos até então exigidos pela Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 (e suas alterações posteriores), bem como pela Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017, através da calculadora:

CALCULADORA MEC - ANO 2021			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.854	17.095
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	260	
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	12	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	2.438
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	272	2.438
Outras bolsas integrais (b)		0	11
Alunos inadimplentes (d)		153	3.033
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.701	14.051
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	1
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	1
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	274	2.439
Outras bolsas parciais		1570	8439
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 244.822.21	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 16.958.061,89	R\$ 277.745.572,34
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.701	14.062
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 9.969,47	R\$ 19.751,50
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		24	0
		Atendido	Atendido
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		91	813
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	24	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido
BASE DE CALCULO			
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)		281	483
Excesso/(Falta) de bolsas 100%		18	115

CALCULADORA MEC - ANO 2020			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.773	18.399
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	242	
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	9	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	lt		0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	3359
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	251	3.359
Outras bolsas integrais (b)		0	16
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0
Alunos inadimplentes (d)		191	2.741
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.582	15.642
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	2
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	2
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	253	3.360
Outras bolsas parciais		1.520	7.740
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 131.849,57	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 13.787.488,55	R\$ 284.593.573,78
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.582	15.658
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 8.715,23	R\$ 18.175,60
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		15	0
		Atendido	Atendido
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		84	1.120
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	15	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido
BASE DE CALCULO			
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)		263	2457
Excesso/(Falta) de bolsas 100%		5	902

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

26. **Resultado financeiro** - Estão representados a seguir:

Descrição	2021	2020
Juros	4.265	4.923
Multas de mora	72	50
Descontos auferidos	290	426
Rendimentos de aplicação financeira	2.131	421
Varição cambial	113	164
Total receita financeira	6.871	5.984
Tarifas bancárias	(291)	(478)
Juros pagos	(178)	(6)
Multa paga	(526)	(2)
Descontos financeiros concedidos	(193)	(1.111)
Varição Cambial	(175)	(415)
Juros financiamento do ativo imobilizado	(928)	(335)
Juros com empréstimo do capital de giro	(5.718)	(4.819)
Encargo Convenio Credito Educativo	(299)	(317)
Taxas Fgeduc	(116)	(287)
Taxas Bancaria Fies	(45)	(103)
Total despesa financeira	(8.469)	(7.873)
Resultado Financeiro Líquido	(1.598)	(1.889)

27. **Cobertura de seguros** - A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas. Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	Valor - R\$
Seguro Antenas	355
Seguro Predial	116.000
Veículos	520
Danos Pessoais - Embarcações	131
Total	117.006

28. **Instrumentos financeiros** - A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a segurança, liquidez e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em comparação às vigentes no mercado. A Fundação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação.

a) Identificação e valoração dos instrumentos financeiros - A Fundação opera com diversos instrumentos financeiros, em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. **b) Caixa e equivalentes de caixa, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis e fornecedores.** - Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **c) Empréstimos e financiamentos** - O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais possuem taxas competitivas, abaixo do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, são considerados linhas comuns disponíveis no mercado e por este motivo não apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado. **d) Composição de saldos** - Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

Descrição	2021	
	Saldo contábil consolidado	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	61.785	61.785
Mensalidades líquidas a receber	16.390	16.390
Aplicações financeiras	74.417	74.417
Fornecedores	9.820	9.820
Disponibilidades	483	483
Outros recebíveis	7.989	7.989

e) Risco de liquidez - É o risco relacionado ao cumprimento das obrigações financeiras, liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sem causar perdas ou risco de prejudicar as operações da Fundação. **f) Derivativos** - A Fundação tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. **g) Gerenciamento de riscos** - Os riscos de mercado são protegidos para suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Fundação podem ser considerados como: • Risco de taxa de juros • O risco associado é oriundo da possibilidade de a Fundação incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Fundação monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. • Risco de crédito • Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.

29. **Eventos Subsequentes** - O ano de 2021, até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), exigiu das organizações em geral e das instituições de ensino, em particular, a reinvenção de suas atitudes e ações para responder com competência à crise e aos impactos econômicos e financeiros gerados pela pandemia. A instituição acompanhou e segue acompanhando com atenção e responsabilidade o atual cenário epidemiológico da doença, assim como as normativas exaradas pelas autoridades governamentais, no País, no estado de Santa Catarina e nos municípios de sua área de abrangência, para definir as adequações na oferta das atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços em todos os seus campi, notadamente no ensino presencial. Desde o início das medidas de isolamento social, a instituição tem estruturado um comitê permanente de gerenciamento de crises, o qual monitora e orienta as ações dos Planos de Contingência (PlanCon), elaborados para todos os níveis e modalidades de ensino da UNIVALI e homologados pelos Comitês Municipais de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19. No início de 2022, a Univali atualizou esses Planos de Contingência em todos os municípios e, ainda, instaurou um novo comitê, o Comitê Consultivo Univali Segura, que tem por objetivo definir manuais, práticas e procedimentos a serem adotados no retorno das atividades presenciais da Instituição. Nessa trajetória, que iniciou em 18 de março de 2020, e segue até o atual momento, a Instituição tem aperfeiçoado significativamente suas ações no ensino presencial e remoto e estruturado sua infraestrutura física e de pessoal para aplicação de todos os protocolos de segurança requeridos nas orientações legais dos órgãos governamentais competentes.

Itajaí, 31 de dezembro de 2021.

A Administração

Valdir Cechinel Filho
CPF 443.476.009-25
Presidente

Cristiane Pauline Souza Felipe
CPF 004.199.969-07
Contadora CRC-SC nº 032.672/O-0



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração Superior da **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI**.
Itajaí - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – “UNIVALI”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIVALI**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **UNIVALI**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **UNIVALI** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é

a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **UNIVALI** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **UNIVALI** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **UNIVALI** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao lon-

go da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **UNIVALI**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **UNIVALI**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **UNIVALI** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 04 de março de 2022.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-SC N° 001.059/O-7
Sidnei Raitz - Sócio Responsável
Contador CRC N° SC-028.920/O-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009 / 2021 Processo Administrativo n.º 054 / 2021. Código TCE n.º EA17B13013D690F0464219D9D4D84B072D47042B. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE ELÉTRICA NO PARQUE RIO DO TESTO - TRECHO 01, LOCALIZADO NA RUA PAULO ZIMMERMANN, CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.** Entrega dos envelopes: **Até as 08h00min. do dia 11/05/2022.** Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: **08h00min. do dia 11/05/2022.** Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital versão II e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.
Pomerode / SC, 22 de Abril de 2022.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

COMPANHIA HEMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 82.641.986/0001-43 – NIRE 42300010278

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

“Convocamos os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de Abril de 2022, às 08:00 horas (oito horas), em sua sede social, na Rua Heinrich Hemmer, n.º 2.773, Bairro Badenfurt, na cidade de Blumenau, CEP 89.070-272, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do Parecer dos Auditores; e (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021”

Blumenau, 20 de abril de 2022 - Diretor Presidente.

**VENDA
MAIS EM
SANTA
CATARINA**

www.negociossc.com.br

Publique o balanço patrimonial da sua empresa nos jornais NSC.
Economia, agilidade e credibilidade.

SANTA

O IMPRESSO DA NSC tem a maior abrangência do Estado e o jornal digital é auditado pelo IVC - Instituto Verificador de Comunicação e certificado pelo ICP-Brasil.

Solicite seu orçamento
(47) 3221-9904

marketing.blumenau@nsc.com.br